

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

08
Mar
2017



CLIP PING

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Mulheres recebem orientação para denunciar violência doméstica no ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/mulheres-recebem-orientacao-para-denunciar-violencia-domestica-no-es/5707673/>

Metade das mulheres com medidas protetivas sofrem novamente agressão no Estado

O Governo do Estado regulamentou multa a ser paga por agressores no Espírito Santo

Apesar da Lei Maria da Penha dar várias formas de proteção às mulheres do Brasil, mais da metade delas sofre agressão novamente, mesmo com medidas protetivas em andamento. É o que afirma a juíza Hermínia Azoury, Coordenadora Estadual de Enfrentamento à Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Nesta semana acontece a 7ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. Mais de 40 medidas protetivas foram assinadas nos atendimentos que são feitos em um ônibus rosa na Prainha, em Vila Velha, em apenas dois dias.

Segundo a juíza, faltam políticas públicas para a aplicação da Lei Maria da Penha, como o Botão do Pânico, que só é cedido a moradoras de Vitória. “Parcerias para que o governo se envolva mais juntamente com o TJ-ES, o Ministério Público e outras instituições. Acho que esse ano teremos novidades de políticas eficazes com os órgãos de Brasília”, pondera.

O atendimento no ônibus rosa na Prainha é para todas as mulheres que sofreram algum tipo de agressão física. As medidas protetivas são assinadas ali mesmo. Uma cuidadora de idosos, de 29 anos, que não quer ser identificada, disse que foi agredida pelo ex-companheiro e agora conseguiu a medida. “Com essa medida protetiva e com a lei a favor da mulher é bom saber que temos algum apoio. Muita morte contra mulheres, tem que acabar isso”, opina.

No caso de descumprimento da medida protetiva, que pede o afastamento do companheiro à mulher, pode ser pedida a prisão preventiva. O Governo do Estado regulamentou nesta quarta-feira (8) uma lei de 2015. Pela legislação, o agressor passa a ter que pagar multa de até R\$ 3.186,50 em crimes que vão de violência psicológica a sexual contra mulheres

No 8 de março, vítimas de violência doméstica no ES contam histórias

Mulheres convivem com situações de violência e silenciamento por anos. Nesta semana, elas decidiram dar um basta e denunciar agressores.

Ser mulher no Espírito Santo, um dos estados com a maior taxa de feminicídios do país, não é tarefa fácil. Que o digam as vítimas, que convivem todos os dias com uma situação de violência e silenciamento.

No Dia da Mulher, celebrado nesta quarta-feira (8), o G1 conheceu a história de duas mulheres que decidiram denunciar seus ex-companheiros e agressores, durante o mutirão que acontece na Prainha, em Vila Velha.

Os nomes marcados com asteriscos foram trocados para preservar as identidades dessas mulheres.

Ângela* foi casada por 12 anos, mas foi depois da separação que começou a ser agredida pelo homem que sempre conviveu. Com ele, ela teve 3 filhos: um menino de 13 anos, outro de 6 e outro de 2.

Nesta terça-feira (7), foi a quarta vez que ela denunciou o ex-marido. “Eu tenho três anos que recebo muita ameaça. Já vim várias vezes dar parte, mas nunca chegou a uma solução disso. Essa semana fui muito ameaçada, machucada. Acordei de madrugada e falei: ‘hoje eu vou tomar cuidado da minha vida, porque essa não é a primeira nem a última’”, disse.

Ângela contou que a separação do marido aconteceu após uma traição. “Morei com ele 12 anos, depois foi uma derrota a separação. Eu trabalhava, trabalhava e eu descobri que ele estava com outra. Quando estávamos juntos, ele se tornou de repente agressivo, violento. Uma vizinha, irmã da igreja, descobriu que ele estava com outra. Ele me machucou muito, me deixou [abandonou] grávida. Passei fome, era catadora de lixo”, completou.

Sentindo-se ameaçada, Ângela decidiu procurar ajuda no mutirão da Prainha em Vila Velha. “Foi muito bom, gostei muito daqui. Eu quero falar para todo mundo. Não sofra a violência, corra atrás. Mulher e filho não nasceram para sofrer não, nasceram para viver. Com atenção e carinho. Abandonei tudo por causa dos meus filhos. Nunca matei, nunca roubei. Prefiro catar latinha para sustentar meus filhos”.

A mulher disse que não se arrepende da decisão de denunciar o ex-marido. “Eu tinha que tomar uma providência, na verdade, porque eu não quero ter que passar por isso, estou sendo muito ameaçada. Três anos separada e só sofrendo ameaça e ameaça. Cada dia é um pedaço, cada dia tem um pedaço da minha vida. Eu falo que as minhas lágrimas chegam. Eu tenho que ser mulher e acordar um dia. Isso não pode acontecer”.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/03/no-8-de-marco-vitimas-de-violencia-domestica-no-es-contam-historias.html>

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Multa de R\$ 3 mil para quem agredir mulher

Governo do Estado regulamenta lei que prevê aplicação de multas para casos de violência física, moral ou sexual

Lucas Rezende
Rayza Fontes

O Dia Internacional da Mulher vai ser comemorado no Estado com uma importante conquista na luta pelo fim das agressões às mulheres: multas que podem passar de R\$ 3 mil para quem cometer violência física, moral, sexual e até patrimonial.

As multas são calculadas usando como base o Valor de Referência do Tesouro Estadual (VRTE) de 2017, equivalente a R\$ 3,1865, e podem chegar a R\$ 3.186,50 para casos de violência sexual. O valor pode ser ainda maior, uma vez que os casos de violência patrimonial são calculados de acordo com o prejuízo.

Casos de violência física que resultem em lesão vão custar R\$ 1.593,25 (500 VRTEs). O decreto prevê multa também para outros quatro tipos de violência. Em casos de violência psicológica, moral e física que resultem em sofrimento físico, a multa é de R\$ 1.274,60 (400 VRTEs).

O recurso obtido com o pagamento das multas, segundo o decreto, será revertido em campanhas e ações para ajudar no combate e na prevenção da violência contra a mulher.

Autor da lei, o deputado José Carlos Nunes (PT) explicou que a proposta é complementar outras ações que visam proteger a mulher.

“É importante esclarecer que a lei não substitui a Maria da Penha ou outras medidas, muito pelo contrário, é um complemento, que pretende inibir os atos de violência contra a mulher”, explicou.

De abril de 2015, a lei sofreu alte-



JÚLIO CÉSAR POMPEU: “Ações de prevenção à violência contra a mulher”

rações em abril de 2016 e agora entra em vigor.

O secretário de Estado de Direitos Humanos, Júlio César Pompeu, enfatizou alguns aspectos da lei, como as especificações de multa de acordo com os casos e o fato de que o valor arrecadado vai ser investido em ações em prol das mulheres.

Pompeu também explicou que, embora a lei já existisse desde 2015, a partir de hoje poderá ser

judicialmente aplicada.

“O decreto assinado pelo governador (Paulo Hartung) regulamenta a lei e a torna, de fato, aplicável. Ela já existia, mas não era eficaz juridicamente e, por isso, não era usada. É mais uma ação que busca solucionar este problema complexo. A multa, além de ser de fácil aplicação, também gera recursos que serão reinvestidos em ações de proteção e prevenção à violência contra a mulher”, disse.

ANTONIO COSME - 19/07/2016

Agressores de mulheres serão multados no Espírito Santo

Governador publicou decreto neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Valores variam entre 400 e 1000 VRTEs, segundo governo do estado.

Os agressores de mulheres, agora, pagarão multa no Espírito Santo, de acordo com um decreto do governador Paulo Hartug, deste dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Os valores variam entre 400 Valores de Referência do Tesouro Estadual (VRTEs), em caso de violência física que resulte em sofrimento físico, em caso de violência psicológica e em caso de violência moral; 500 VRTEs, se houver violência física que resulte em lesão; em 1000 VRTEs, em caso de violência sexual; ou um valor equivalente ao prejuízo causado, em casos de violência patrimonial.

Os recursos arrecadados com as multas vão ser aplicados em políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres, incluindo instalação e estruturação de delegacias especializadas.

De acordo com o governo, a verba também vai apoiar campanhas educativas e formação continuada dos técnicos que atuam na área de proteção e defesa das mulheres, sob a coordenação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo – Cedimes.

Para o secretário de Estado de Direitos Humanos, Júlio Pompeu, o decreto e a lei por ele regulamentada usam o lado financeiro como mais uma ferramenta para inibir a prática reiterada de violência contra mulheres. A Lei Estadual nº 10.358 é de 16 de abril de 2015.

Mapa da Violência

O Espírito Santo é um dos estados onde mais mulheres são mortas no Brasil. Os dados são referentes ao ano de 2013, o mais recente apresentado na pesquisa do Mapa da Violência, publicado em 2015.

Vitória é a capital com a maior taxa de feminicídios do país. Já o estado tem a taxa mais alta de homicídios de negras e aparece como o 2º estado com maior taxa de homicídios femininos no país, com 9,3 homicídios a cada 100 mil mulheres.

QUAL A BRONCA?

EDITOR DE OPINIÃO JOEL SOPRANI

PORTO DE SANTANA

Processo parado

PAULO JOSÉ VIEIRA, porteiro

“Abri um processo porque um banco fez um cartão de crédito para mim, mas nunca o recebi e ele foi usado por outros. Meu nome foi parar no SPC, e meu processo está parado desde maio.”

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA informa que, após consulta ao andamento do processo, verificou-se que este se encontra regular, tendo sido o seu último andamento em 26/01/2017.

ESPECIAL SEGURANÇA

ONDA DE VIOLÊNCIA

Promotores vão investigar os crimes ocorridos na greve da PM

Força-tarefa conta com promotores que acompanham as investigações

VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Um grande levantamento de todos os tipos de crimes praticados durante a greve dos policiais militares começará a ser feito pela força-tarefa criada pelo Ministério Público Estadual (MPE). O objetivo é garantir que os fatos sejam investigados, principalmente aqueles relacionados aos assassinatos. “Nada será esquecido”, garantiu o promotor Pedro Ivo de Souza, que coordena os trabalhos.

A greve dos policiais militares durou 22 dias. Durante o período, os acessos do quartel, batalhões e unidades da PM foram bloqueados, impedindo a saída das viaturas. Sem policiamento nas ruas, as cidades capixabas viveram o caos, com o registro de diversos tipos de crimes. Só assassinatos foram totalizados 200 casos. Há suspeitas até do envolvimento de policiais em milícias, que seriam responsáveis por algumas destas mortes.

INVESTIGAÇÃO

São casos como estes que serão investigados pela força-tarefa, cujo trabalho inicial será desenvolvi-



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL - 14/02/2017

O DML de Vitória ficou lotado de corpos, durante a onda de assassinatos nos 22 dias que durou a greve

EQUIPE

100

promotores
É o total de integrantes da força-tarefa do Ministério Público Estadual.

do em parceria com a Polícia Civil, como relata o promotor Pedro Ivo.

A dificuldade inicial, explica ele, é que durante

o período da greve as ocorrências foram registradas onde era possível. “Uma delegacia da mulher, por exemplo, passou a registrar outros tipos de ocorrência, em função da gravidade da crise. Será preciso agora fazer um apanhado geral destes crimes e tudo terá que ser organizado e gerenciado”, relatou.

Pedro Ivo acrescenta que os promotores têm condições ainda de obter informações também jun-

to a outras fontes para complementar os dados da polícia.

O objetivo é identificar o que aconteceu em cada cidade capixaba, sejam assassinatos, roubos, furtos, ameaças, danos ao patrimônio, queimas de ônibus, dentre outros. Ao final será feito um relatório que será apresentado à sociedade. “Queremos atuar com transparência, mostrando com clareza para a sociedade tudo o que ocorreu neste período,

AÇÃO

“Nenhum caso ficará sem investigação, principalmente as situações que envolvem grave violência, como os assassinatos”

PEDRO IVO DE SOUZA
PROMOTOR, COORDENADOR DA FORÇA-TAREFA

que foram fatos muito graves”, relatou o promotor.

O coordenador da força-tarefa fez questão ainda de assinalar que todos os casos serão alvos de investigação e que os trabalhos serão acompanhados pelo MPE. “Sem investigação nenhum caso ficará, principalmente os de homicídio”, acrescentou.

Ele pontua ainda que há situações que a investigação será necessária até para identificar as vítimas. “Há corpos que chegaram destroçados, que foram desovados. Há casos em que ainda não foi possível identificar a vítima”, diz.

Cerca de 100 promotores participam da força-tarefa. Dez deles atuam na equipe de coordenação dos trabalhos, liderados por Pedro Ivo. Uma segunda reunião com o grupo está prevista para a próxima sexta-feira.

Fazem parte da equipe, segundo portaria publicada no Diário Oficial de ontem, promotores que atuam nas seguintes áreas: penal, comum e militar, controle externo da atividade policial, os que atuam em investigação criminal, os que já acompanham inquéritos policiais cujos objetos sejam delitos ocorridos durante a greve da PM, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecco).

COMO FOI O AVANÇO DAS MORTES



ESPECIAL SEGURANÇA

RESULTADO DA GREVE

Polícia inicia processo para demitir dois tenentes-coronéis

Militares são acusados de apoio a movimento grevista e aliciamento de outros PMs

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

A Polícia Militar deu início ao processo para a demissão de dois tenentes-coronéis. Um deles é Carlos Alberto Foresti, que está detido no presídio da corporação. O outro é Alexandre Quintino Moreira, chefe do Comando de Polícia Ostensiva da Região Sul (CPO SUL).

O chamado Conselho de Justificação, a mais elevada instância de punição administrativa para os oficiais, foi publicado na edição do Diário Oficial de ontem. O decreto, para cada um dos militares, foi assinado pelo governador Paulo Hartung.

No documento ele indica seis coronéis, três para cada caso, que serão responsáveis pela condução das investigações, com prazo de 30 dias para serem concluídas, incluindo a remessa do relatório para o próprio governador.

Foresti é um dos quatro militares que tiveram a prisão decretada. Capitão Assunção, Sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, soldado Maxson Luiz da Conceição e Foresti são acusados de incitar o movimento grevista e de



Carlos Alberto Foresti está detido no presídio da corporação



O tenente-coronel Quintino saiu em defesa do movimento grevista

aliciamento de outros policiais, com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

Já o tenente-coronel Quintino saiu em defesa do movimento grevista dos militares. Em entrevista ao ES TV 1ª Edição Sul, emissora da TV Gazeta, o oficial legitimou o movi-

mento, acrescentando que muitos policiais estão passando por necessidades básicas, devido à defasagem do salário.

Os dois militares respondem ainda a inquéritos policiais militares (IPMs). Seus nomes foram os primeiros a serem divulgados pelo governo.

São processos que tramitam na área criminal, com acusações de crimes militares, como motim ou revolta, que podem resultar em penas que podem chegar a 20 anos.

DEFESA

A advogada Karina Nunes, que faz parte da equi-

pe de defesa do tenente-coronel Foresti, informou ontem que vão ser adotados todos os recursos possíveis para provar a sua inocência.

Destaca que o militar está de atestado médico. "O atestado tem validade de 30 dias e ele ainda está no curso do tratamento.

Suas atitudes são efeito dos remédios que está tomando. É um desrespeito com um militar com 24 anos de serviços e vários elogios em sua ficha funcional", assinala.

Nossa reportagem não conseguiu identificar quem faz a defesa do tenente-coronel Quintino.

PMs apresentam mais de mil atestados em uma semana

▲ Mais de mil policiais militares lotados na Grande Vitória não trabalharam durante toda a semana passada porque apresentaram atestados médicos. O grande número de afastamento por problemas de saúde fez com que a equipe de inteligência da Polícia Militar iniciasse uma investigação para saber se um médico emitiu vários atestados para os militares. As informações foram passadas pelo comandante geral da PM, coronel Nilton Rodrigues.

"Na semana passada tivemos só na Grande Vitória mais de mil dispensas

AFASTAMENTOS

10 dias

Esse era o período de dispensa na maioria dos atestados médicos.

médicas. Nossa diretoria de inteligência, inclusive, está apurando se houve e se existe algum profissional da saúde que efetuou essas dispensas médicas em grande quantidade."

Segundo o coronel, a justificativa para o afastamento em mais de 99%

dos casos foi problema psicológico. Ele não informou se os atestados que estão sendo investigados foram emitidos no Hospital da Polícia Militar (HPM) ou em consultórios particulares.

O coronel destacou que a maioria dos atestados era de até 10 dias, por isso, esses militares já retornaram ao trabalho nesta semana. Caso fique comprovado que algum médico forneceu atestado médico para vários militares de uma só vez, uma denúncia será feita no Conselho Regional de Medicina (CRM). (Patrícia Scalzer)



O Hospital da PM pode ter sido um dos locais onde foram emitidos atestados

Processos para demitir oficiais

O Estado abriu ontem, por decreto do governador Paulo Hartung, processo para avaliar a demissão de dois oficiais da Polícia Militar, que teriam envolvimento com a greve de 22 dias da PM.

São os tenentes-coronéis Carlos Alberto Foresti, preso no Quartel do Comando-Geral, e Alexandre Quintino Moreira, de Cachoeiro de Itapemirim. E outros novos ritos administrativos para avaliar a expulsão de oficiais vão ser abertos, segundo o Comando-Geral da PM.

O processo demissionário que vai avaliar a situação dos oficiais se chama Conselho de Justificação. Três oficiais vão analisar o caso do militar investigado e, se houver parecer favorável ao desligamento, cabe ao governador confirmá-lo.

A partir do momento em que passam a responder por esse processos, os tenentes-coronéis são afastados e têm parte do salário cortado, como as escalas especiais, conforme explicou o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues.

O comandante, que optou pela



FORESTI E QUINTINO vão ter situação avaliada no Conselho de Justificação

discrição ao ser questionado sobre os casos de ambos, uma vez que terá de avaliá-los, revelou que outros processos demissionários de oficiais vão ser abertos.

Foresti e Quintino já respondem a Inquérito Policial Militar (IPM), junto com outros 2.578 PMs, por suposto crime de revolta e motim, podendo pegar até 20 anos de prisão.

Procurado pela reportagem, Quintino preferiu não se manifes-

tar, alegando que não foi intimado. Já a defesa de Foresti não foi encontrada para comentar o assunto.

Além dos oficiais, praças da PM já respondem a processos demissionários. São 235 militares, com menos de 10 anos de corporação, que estão com Processo Administrativo de Rito Ordinário (PAD-RO), e outros 36, com 10 anos ou mais de PM, que estão no Conselho de Disciplina.

Força-tarefa vai investigar crimes durante a greve

O Ministério Público do Estado (MP-ES) montou força-tarefa para investigar os crimes cometidos durante a greve da PM, que deixou 203 mortos ao longo de 22 dias, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

O procedimento para a investigação, que começará nesta semana, foi divulgado ontem no Diário Oficial. As apurações sobre os crimes vão acontecer em todo o Estado.

A força-tarefa será coordenada pelo promotor de Justiça Pedro Ivo de Sousa. Segundo ele, cerca de 100 promotores vão estar na empreitada, que terá ainda apoio do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

“Haverá atenção para todos os crimes, especialmente os que envolveram violência e grave ameaça”, explicou Sousa, coordenador geral da Força-Tarefa (FICP) do MP-ES.

O coordenador ainda explicou

que, se necessário, a força-tarefa também se incumbirá de apurar supostos crimes cometidos por policiais militares ao longo do movimento paredista.



PEDRO IVO: ação para investigar

PARTICIPARAM DESTA REPORTAGEM: Eliane Proscholdt, Rafael Moura, Katherine Paiva e Tais de Holanda